

PIRES DA SILVA



A NAÇÃO
ACIMA DE TUDO

□ □ □

RIO DE JANEIRO

1 9 3 8



A NAÇÃO

ACIMA

DE TUDO



O Estado Novo dispensa os intermediários; não se utiliza de fragmentos de opinião; não admite fracções de pensamento nacional; não reconhece divisões, condomínios, parcelas, pedaços de orientação política. Quer a Nação una, coesa, coerente, sem antagonismos de grupos e sem conflitos de idéias e de doutrinas. A sua força material são os interesses supremos da Patria; o seu credo cívico é a Carta de 10 de Novembro; o seu poder coercitivo são as classes armadas.

Explorar as riquezas inexauríveis que farão a sua grandeza presente e futura; abrir todas as possibilidades ao

trabalho fecundo do homem integrado nos destinos da Patria; realizar uma obra moral de cultura cinérgica, dentro de uma finalidade suprema de erguer o Brasil ás alturas de suas reservas naturais, e colocar o Exercito e a Marinha no plano dessas potencialidades e desses anelos, — eis o seu programa, eis a sua tarefa, eis o seu dever.

Todos aqueles que pretenderem contrariar esses propositos serão inimigos do Estado Novo; todos os que se recusarem a cooperar nesse esforço decisivo e capital serão inimigos da Patria; todos os que tentarem empurrar o País para traz, para os preconceitos setarios, dissolventes, desorganizadores donde saiu, para salvar-se, para ir adiante e para vencer, serão esmagados, sem tibiaza e sem piedade.

PIRES DA SILVA



COESÃO E FRAGMENTAÇÃO DOS PARTIDOS

Quem se detiver, por um momento, na evocação da nossa vida publica, antes de 30, logo após a consolidação republicana e a consequente politica dos governadores, — e de 30 para adiante, até o desfecho de 10 de Novembro, exclusive, — fica surpreso, com a simplicidade dos fatores que nortearam e integraram a nossa politica, nessas fases culminantes e desiguais de nossa historia.

E desde logo se apresenta ao espirito, como resumo desses dias de marasmo, de tormenta e de confusão, este duplo paralelismo: prestigio dos partidos, submissão do Presidente da Republica ás chefias locais: *hipertrofia federalista*; reacção do Presidente da Republica aos absolutismos partidarios,

desagregação dos partidos, relaxamento do federalismo: *anseio unitario*.

Essas duas situações, aparentemente tão diversas, e assim alternadas no tempo, ocasionaram o mesmo resultado. De uma parte, a coesão ferrea, o autoritarismo obscurantista, medievalesco, dos partidos, antes de 30, — levou á mais decepcionante e desoladora experimentação anti-democratica; a fraude eleitoral, o cambalacho, o filhotismo, o culto da incompetencia, o crê ou morre, o caciquismo dos chefes, o desgoverno, a ineptia administrativa vitalicia, o desbarato dos dinheiros publicos, — a prioridade, a preescendencia, o predominio da politica, sobre tudo, antes de tudo e contra tudo, — tal era, realmente, a fisionomia do Estado que Deodoro fundou, que Floriano consolidou, que Campos Sales pôs em movimento e que os chefes locais tutelaram, educaram e fizeram viver.

E, de outra parte, com a mesma eficiencia, — a fragmentação dos partidos, o seu descontrolo, a perda da sua autoridade sobre o governo, o seu desligamento do poder central, pela reacção do Presidente, — depois de 30, levaram a essa descrença no regime, a essa desmoralização do sistema, a esse despres-

tigio dos politicos e da politica, — a esse caos de intrigas, de pusilanimidades, de traições, de, abjurações e de egoismo que fizeram da nossa democracia, nos ultimos anos, um lamaçal, um atoladouro, um inferno recalitrante de areias movediças.

E aí está por que, antes de 30 e depois de 30, sobretudo de dois anos a esta parte, — todo mundo dizia e podia dizer, quasi com a mesma frase e as mesmas palavras: — “Isto não póde continuar; a democracia está falida; os politicos não se entendem; é necessario realizar alguma cousa de novo e de forte, para salvar o Brasil”.

Emquanto isso se verificava, á margem das lutas partidarias, os agentes internacionais do Komintern abriam brechas, e dia a dia penetravam mais fundo, na vida politica do País.

As ambições politigueiras, concientes ou não, iam assim arrastando o País de mal a peor, para servirem ao estado de coisas preconizado e desejado pelo comunismo, na frase de um dos seus mestres, que afirmava que “quanto peor, melhor”.

E isto por que, somente na desordem politica, podem os extremistas encontrar campo para infiltrações e golpes subversivos.

O FEDERALISMO E O UNITARISMO

Um dos erros mais graves da política brasileira, através de toda a sua história, e sobretudo da Republica em diante, foi a prédica e a prática federativa, — a ilusão dos propagandistas, primeiro, e a incapacidade, a impossibilidade, a deformação executoria dos governantes republicanos, depois.

Para pregar a federação, os doutrinadores da Republica partiam de uma premissa absolutamente falsa: — que a autonomia dos Estados fosse a pedra de toque de dois benefícios infalíveis: — o exercício pleno da democracia e a plena capacidade realizadora.

Para esses insignes e imortais sonhadores, de fato, não seria possível, nunca, a democracia, sem que os Estados fossem livres dentro da Patria livre.

Na sua fantasia, tudo se resolveria num passe de magia: pudessem os Estados fazer as suas leis, ter os seus codigos, governar-se por si mesmos, eleger os seus representantes e os seus governantes, — e haveria liberdade, como agua no oceano. Dispusessem os Estados de liberdade, de autonomia, de *self government*, — diziam, — e as obras publicas surgiriam do nada.

Como num milagre, a produção se multiplicaria, não haveria mais analfabetos, subiria, extraordinariamente, o nível cultural, e o bem coletivo, a felicidade do povo, a grandeza da nação, seria um fáto magnifico, uma gloriosa realidade.

Mas, nós vimos o que se deu. Proclamada a Republica, os “partidos republicanos” tomaram conta de tudo, dos distritos, dos municipios, dos Estados. Os chefes politicos, que ascenderam ao poder, haviam tido, quasi todos, uma fonte: uma revolução ou o medo de uma revolução, — e surgiram no cenário da vida publica do tempo, sob o signo de duas unicas credenciais: a força e a confiança. Ser um homem valente, capaz de reunir homens para a luta, ser um mixto de paisano e militar, ser fiel, ser um “bom companheiro”,

capaz de todos os sacrificios, — eis as condições que se exigiam para dirigir a politica nos distritos, para orientar, plasmar e usufruir a vida publica municipal. O “coronelato” civil se guindava assim á supremacia do governo e á hegemonia das vontades.

Era bem de ver a que ficariam reduzidos, nessas mãos bravias e musculosas, que não folheavam livros nem pegavam na pena, os ideais democraticos federalistas.

Guardadas as exceções honrosas, que nunca faltam para confirmar todas as regras, — evocados e reverenciados a memoria ou o nome dos que foram realmente benemeritos, no Sul, no Centro e no Norte, — campeava, em toda parte, o caciquismo. E, com ele, o autoritarismo infrene, e a politica, a administração, as liberdades publicas eram submetidas, com a mais dura insensibilidade, a um despudor de métodos desconcertantes, e a um desgarre da razão, do bom senso, da justiça, e da verdade, que causava espanto e pavor. Esses homens não alimentavam outra preocupação, na maior parte dos casos, senão esta: — mandar e ser obedecidos. Era assim que compreendiam a politica.

Mas, este sistema de predomínio

levava, necessariamente, a todos os erros e transviamentos administrativos, — porque, para mandar e para ser obedecido, é preciso começar por fazer favores, quando não se começa por fazer brutalidades e quando faltam as condições que facilitam o reinado da inteligência. E eis porque: todos aqueles que não obedeciam eram esmagados ou tinham de aderir; e todos aqueles que obedeciam açambarcavam a cornucópia dos beneplacitos, — eram os detentores dos empregos, eram os que indicavam os futuros funcionarios, eram os executores das obras publicas, eram os elegidos, — e pelas suas terras passavam as estradas publicas, e perto da sua casa se abria a unica escola, e nenhum amigo era criminoso, e as victimas eram acusadas.

Sobre essa base massiça assentava a federação brasileira e com esses estímulos vivia a Republica.

A vontade social, diretora, não vinha, pois, de cima para baixo. Não eram as elites que, de fato, mandavam, deante das realidades, dos interesses, das exigencias coletivas. Invertidos, por essa forma, os proprios designios da natureza, — as ordens vinham de baixo para cima, como se o cerebro fosse um

orgão inferior, ou como se a cultura não passasse de pura fantasia. Em verdade, as elites eram mandadas, obedeciam, tinham de satisfazer as chefias locais, justificar, defender e cohonestar todos os seus erros e todas as suas contingencias.

Não se pense, ainda, aqui, que esta situação mudou depois de 30. Não. E' que a politica, tal como existiu sempre no Brasil e tal como existe em todos os países democraticos, continuou, intangivel, imperativa, com as mesmas tendencias personalistas, com os mesmos absurdos, com as mesmas taras congenitas, — embora com outros homens.



**O FRACASSO DOS PARTIDOS
E A AUDACIA EXTREMISTA**

A hipertrofia dos partidos e a sua autoridade incontrastavel sobre o centro, na velha Republica, implantou no Brasil, através dos Estados, uma serie segmentaria de oligarquias ineptas. A fraqueza, as intrigas, as traições, os cambalachos, os conluios desses mesmos partidos, na nova Republica, implantaram tambem, no Brasil, de Norte a Sul, em cada Estado, uma anarquia, uma instabilidade, uma insegurança, uma expectativa de luta e de desordem que tiraram á Nação a confiança nos proprios destinos e desmoralisaram, irremediavelmente, o regime.

Os extremismos, da direita e da esquerda, compreenderam que era chegado o seu momento. Redobraram de audacia, e atroaram os ares com as suas

megalomanias cabotinas. Puseram em cheque, á borda do abismo, os destinos e com eles, as mais caras tradições da nacionalidade. Foi, realmente, a falencia dos partidos, que desorganizou e perdeu a democracia, tornando possível o surto subversivo e arrasador dos dois extremismos. Em verdade, não ha democracia sem organização. E esta quer dizer, antes de tudo, um pensamento firme, um programa pragmatico e realistico, uma adesão definitiva e consciente, uma disciplina inabalavel, a lealdade, a dedicação, o espirito de sacrificio. Sem isso, pode haver tudo, — um agrupamento de homens, uma multidão, um borborinho humano, — mas não haverá nunca, um partido politico, e não haverá, consequentemente uma democracia.

Era essa, precisamente, a nossa situação: a politica brasileira, pela discordia, pelos egoismos, pelos personalismos que devoravam as suas falanges, havia tornado a vida publica em nosso País uma cousa ao mesmo tempo despresível e cubiçada.

Enojavam-se dela, os homens sem ambição de mando, que a viam este-

ril ou imoral, — e a cubiçavam os aventureiros de origem suspeita, portadores de credos exóticos, exhibidores de simbolos cabalisticos e gritadores de palavras selvagens. Este, pois, foi o grande mal que os partidos causaram ao Brasil. Desmoralisaram, perante a Patria e perante o Mundo, a democracia. Tornaram suspeita a ideia de representação nacional. Gastaram, até o desprestigio, a gloriosa e magnifica ilusão do voto, e fizeram dos parlamentos, não o cenáculo onde fossem de preferencia discutidos e resolvidos os problemas basicos da nacionalidade, — mas o renhido tumultuoso e eriçado, para onde se transportavam, em altas vozes, com prioridade de atenção e com vigor insuperavel de combatividade, as mesquinhas lutas de campanario, as pequenas quisilias municipaes, o disquedisque da parentalha politica, desavinda.

Deante desse pobre formigueiro humano desorientado, nessa planicie rasa, sem nenhuma elevação de horizontes e de visadas, — os monstros de olhos verdes ou de olhos vermelhos, se sentiram encorajados, se moveram, empurraram os corpos disformes para a frente e entraram em luta, eles proprios,

para a disputa da presa apetecível, como se os partidos não existissem, como se o regime já tivesse morrido, como se ninguém pudesse aparecer para defender o Brasil, — nem o Povo, nem o Governo.

DONOS DO BRASIL

Os partidos politicos, em verdade, tendo decaído, irremediavelmente, no conceito publico, e tendo perdido o poder, sem ter saído dele, tendo deixado de ser donos do Brasil, como se consideravam, pelo desprezo da opinião, — fizeram nascer nos entusiasmos faceis da juventude e nas angustias dos desorbitados, a convicção de que o Brasil somente se salvaria por um ou por outro dos exclusivismos proprios do Estado.

E assim, aqueles que sentiam, ainda no fundo da alma, a chama do patriotismo, que tinham um apego sagrado á tradição, que cultuavam um Deus, que amavam a familia, — acorreram para as fileiras do extremismo ardiloso, que explorava, cheio de maliciosa unção,

como veio aurífero, inexgotável, essas nascentes eternas da força moral de um povo. Começaram, assim, a engrossar, assustadoramente, as cohortes do integralismo. A tal altitude subiu esta maré montante, açambarcadora, que os seus chefes chegaram á certeza, em dado momento, de ter vencido a batalha, de serem donos do poder e de haver agarrado com as mãos e envolvido, para sempre, em suas tramas, ao proprio Chefe da Nação.

E aqueles outros, a quem as taras hereditarias, os transviamentos da educação, a receptividade sugestiva, inadvertida, o falso messianismo, o instinto destruidor, — haviam despedido de todos os apanagios do convívio cristão e da civilização ocidental, — esses acorreram á sua vez, desaçaimados, para o comunismo. E assim, tambem, começaram a engrossar, com brasileiros de todas as idades e de todas as procedencias as fileiras moscovitas do Brasil; homens que nasceram sob o signo soberbo do Cruzeiro do Sul, sob o mais belo céu do mundo, na mais doce, na mais rica e na mais luminosa das Patrias, não quizeram obedecer, como cidadãos, ao Sr. Getulio Vargas, para servir, como escravos, a Stalin, ou para levar os chinelos a

Harry Berger... Foi outra maré montante que subiu, assim, por esse lado. E não tardou que tambem os vermelhos se julgassem os donos do Brasil, que acreditassem ser a unanimidade dos brasileiros, que pensassem ter penetrado, pacificamente, em todos os setores da vida nacional, até no coração mesmo de alguns governos, e que tivesse chegado, por isso, o momento de assumir a posse efetiva daquilo que imaginavam já lhes pertencia pela adesão de todas as consciencias... E foi o golpe de 27 de novembro !

Eis aí o duplo mal que os partidos causaram á nação. De um lado, pela sua incapacidade, pelo seu desgoverno, pela sua desagregação, pelos seus erros, trouxeram ás massas o desencanto do regime e do despreso das instituições e as levaram, de roldão, sob o duro acicate das chefias egocentricas e brutais, para a extrema esquerda e para a extrema direita, para o comunismo e para o integralismo. De outro lado, pela sua fraqueza, daí resultante, esses partidos estimularam os inimigos da democracia, os convenceram de que era facil a vitoria, deixaram a opinião sem defesa, — desarmaram em suma, o país para a salvaguarda das suas aspirações

tradicionais. E' o que se dá sempre, aliás, na vida dos povos, quando um regime perde o proprio eixo: imediatamente, principiam a formar-se, a crescer e a subir no horizonte, os inimigos, os falsos herdeiros dos despojos; tanto é certa a observação do jurista, de que não ha nenhuma herança jacente, sem dono...

OS PARTIDOS E A DEMOCRACIA

Quem olhasse os acontecimentos da politica brasileira, desprevenidamente, nos primordios de 10 de novembro, teria logo esta impressão. O Brasil cairá, inevitavelmente, dentro em pouco, nas mãos do Integralismo ou do Comunismo. E' que os partidos eram a propria democracia, a sua alma e o seu corpo, e os partidos haviam morrido por si mesmos. A passagem do poder, portanto, ás mãos sanguinarias do comunismo ou ás mãos inexperientes e fantasistas do Integralismo, tinha todas as apparencias de um phenomeno historico, irresistivel. Ao lado dos partidos desorganizados, corroidos pela sarna dos acordos, surgiam aquelas duas organizações que se caracterizavam exatamente pela sua disciplina, pela sua coe-

são, pela sua audácia, e por esta cousa que é o fulcro de todas as transformações políticas: o espirito de novidade. Este havia sido, no fundo, o segredo do seu proselitismo. Era aí que estava o ponto diferencial, entre os dois extremismos, e os velhos partidos democraticos. Aqueles podiam prometer tudo, porque nunca haviam exercido o poder, e porque todas as possibilidades são concebíveis a uma vontade onipotente e arbitraria que tem o Estado nas mãos. Os velhos partidos, alem da sua fraqueza organica e do seu dismantelo que lhes impedia a execução do primeiro e o maior de todos os beneficios publicos, — a manutenção da ordem, — estavam com a sua capacidade de prometter coartada por estes limites invencíveis: o descredito no seio das massas, a falta de sintonismo com a opinião, a tradição de incapacidade administrativa que se haviam criado, e, de modo especial, como envolvendo tudo isso: o esgotamento de todas as reservas teoricas do regime. E' que, de fato, na democracia e no liberalismo, a faculdade criadora se havia esgotado.

Tudo o que podia sair da sua imaginação, tudo o que fôra, em todos os tempos e em todos os paizes, o complexo

dos seus ideais, tudo o que os democraticas e os liberaes haviam concebido, teoricamente, para fazer a felicidade do povo, e a sua grandeza, e a sua força, tudo havia sido transplantado para o Brasil e tudo havia sido tentado aqui. Primeiro, o parlamentarismo, na Monarquia; em seguida, a Federação e a Republica; logo depois, a legislação do Trabalho, o voto secreto, a justiça eleitoral. Mas, nenhuma dessas reformas, que exauriram as matrizes inventivas da democracia e a deixaram desarmada de promessas perante o povo, satisfizeram os anseios de realidade que agitavam a Nação. A verdade, então, é que os partidos envelheceram, — de uma parte, porque perderam a faculdade de produzir ideais, — e de outra parte, porque todos os ideais que produziram se mostraram impotentes, como soluções para os problemas do momento. Com legislação social, com justiça eleitoral, com voto secreto, continuavam as angustias do povo. Permaneciam inertes, mortas, esquecidas as riquezas inauferíveis do país, e ao lado delas, imperativas e gritantes, como um contraste, as dificuldades de ordem financeira, as crises economicas, as endemias, as calamidades naturaes, os imensos desertos,

a falta de instrução, a mingua de capitais, a desordem larvada ou ostensiva.

Em face, pois, dessa triste senilidade dos partidos, que ofereciam, ainda, na sua decrepitude, com as suas quisi-lias de campanario, o espetaculo mais desolador da nossa incapacidade de auto-organização, — era natural que as falaciosas promessas doutrinarias dos extremismos, tantas vezes desmentidas e desmoralizadas, tambem, noutros países, — abalassem o espirito publico e aproveitassem o descoroçoamento ou o tumulto assim estabelecido, para insinuar-se e captar ilusões e ambições. E' que o povo possui estas duas virtudes que se completam e se negam, ao mesmo tempo: um pragmatismo exigente, que se alimenta de realidades, de fatos e de cousas tangiveis, — e um devaneio incoercivel, um espirito de transcendencia inestancavel, um entusiasmo idealista, ininterrupto.

PSICANALISE DE UM MITO

Já assinalámos que a federação, no Brasil, resultára de uma ilusão da propaganda republicana. Pretendia ser o remedio infalivel para todos os males e o caminho para todas as grandezas. Descentralização-unidade, centralização-desmembramento, — diziam os autores do manifesto de Setenta, com entôno e sintese. Mas, os detentores da Republica espalharam, aos quatro ventos, outra ilusão: falaram tanto no regime federativo, exaltaram, por tal modo, as suas vantagens, defenderam, com tão forte encarniçamento, a sua pureza e a sua intangibilidade, — que as gerações nascidas sob o signo desse mito sublime, se convenceram de que a forma federal de governo era a mais enraizada das nossas tradições e o mais belo apanagio

do nosso liberalismo institucional. No fundo daquela defesa, todavia, o observador desapaixonado ou liberto de preconceitos, pode achar uma incógnita diversa. E desde logo se apresenta, na sua evidencia, esta verdade: o brado federalista que subia sempre dos Estados e reboava como a própria voz clamante das liberdades em perigo, não exprimia, jamais, uma consciencia generalizada das populações. Não era o povo, como tal, que via a federação ameaçada, e reclamava as suas prerogativas de auto-governo. Não era um impeto popular, esse movimento episdico de revolta ou de medo, que sacudia, a quando e quando, como um terremoto, o simplismo da nossa historia politica, ao Norte, ao Centro e ao Sul. Eram os partidos dominantes e só eles, que viam contrariadas as suas pretensões pelo governo da Republica, que não lo-gravam impôr, em dado instante, a sua vontade, que falhavam na sua politica hegemonica. Nesses instantes de fracasso, havia, sempre, como no velho rito indú, a invocação de uma palavra divina e milagrosa: os parias dos "vales azuis", aniquilados de terror, não respiravam e diziam, para salvar-se: — "Aum". Os nossos democratas de ba-

raço e cutelo, ensurdeciam todos os ouvidos e ocupavam todas as tribunas, com o seu vocabulo redentor e promunitorio: — Federação !

Cessada a luta, desaparecido o perigo, reajustados os interesses com o centro, — reconhecida, outra vez, pelo governo federal, a autoridade do partido dominante, — não se falava mais na autonomia, na federação, no "self-gouvernement", — fossem quais fossem as afrontas que sofresse esse principio, dissolvido como ficava, desde logo, numa passividade subserviente e interesseira. E a melhor prova de que a idéia federativa, tal como era praticada, não passava, de fato, de um simples e vil instrumento politico dos partidos, — está na circunstancia, sobre todas instructiva e convincente, de que, na mesma ocasião em que o partido ameaçado de perder o poder se exacerbava na defesa do sagrado principio, com todas as veras do "nolle me tangere", — o outro partido, o da opposição, ancioso e esperançoso de alcançar o poder que o outro perdia, — não trepidava em solicitar e exigir a *intervenção federal*, a supressão temporaria da autonomia e da federação, como a unica forma possivel de salvar o Estado... Este malabarismo,

esta ausência de sinceridade e de convicções produzia um resultado extremista, que ainda não assinalámos: os integralistas se utilizavam dessa falta de base moral da federação que tanto desprestigiava no espirito publico, para pregar um unitarismo a outrance, uma centralização asfixiante, uma *tabula rasa* de toda a autonomia local.

E o comunismo, por seu lado, filtrava essa desordem politico-partidaria sob o seu prisma materialista, para chegar, no final de contas, a mesma conclusão: — a necessidade de destruir tudo, subvertendo a ordem e as instituições, para recomeçar do nada.

O ANSEIO UNITARIO

Seria hipocrisia desconhecer este fato na politica brasileira: — que os partidos, no seu apogeu e na sua gloria, pela sua hipertrofia, pelo seu filhismo, tanto quanto pela sua desagregação e decomposição, ulteriormente, na hora da decadencia, — converteram a pratica federativa, da nossa Republica, num perigo para a nacionalidade e suscitaram no País, em todas as camadas libertas do preconceito partidario, uma contramarcha para o unitarismo ou, pelo menos, para uma supervisão, para uma superintendencia, para um dominio efetivo do poder central sobre a vida publica dos Estados.

Esse fenomeno, a bem dizer — essa reviravolta, se havia assinalado, já, por varias vezes, na velha Republica, nas

tendências políticas mais íntimas de alguns Estados setentrionais. Ali, precisamente, onde a ação dos partidos havia sido mais estéril, o anseio unitário, o apelo à proteção do centro se afirmara, em verdade, mais vivo, mais repetido, mais flagrante. E dentre os Estados que assim revelavam, no Norte, a tendência unitária, os Estados pequenos, mais desamparados, mais desservidos e mais vitimados pela politicagem, eram aqueles que mais a experimentavam e a denunciavam. Pois, de fato, essas regiões escassas de fortuna privada, sem os suprimentos que a iniciativa particular oferece à inércia dos governos, vendo todos os seus problemas sem solução, atoladas perenemente na bancarrota administrativa, sem obras públicas, sem fomento às fontes naturais da riqueza, sem futuro, — só viam a salvação no poder central e só dele, em verdade, recebiam os poucos benefícios que por acaso desfrutavam.

Foi essa a razão pela qual os pequenos Estados prosperaram e esposaram ou defenderam, com denodo, na Constituinte de 1934, a maior parte, senão todas as medidas de caráter centralista que aí se agitaram e aí se plasmaram na Carta de Julho.

Mas, antes da Constituinte, o movimento unitário, de franca reação ao transbordamento federativo, já tinha tido outros índices e outras advertências. Era o que ressaltava de quasi todos os atos do Governo Provisório, inaugurado em 30 e, especialmente, do anteprojeto de constituição enviado à constituinte de 34, pelo chefe do governo ditatorial. Os extremismos observaram, com argúcia, esses impulsos da consciência pública, esse desejo de coesão nacional, esse sonho de José Bonifácio, redivivo. E aproveitaram todas as ensanchas para fazer valer, sob a capa de um programa de consolidação nacional, todas as extravagâncias e exotismo alienígenas do seu ideário subversivo.

E' esse, aliás, um processo utilizado, sempre, por todas as revoluções: elas se exibem com a bandeira das reivindicações populares mais evidentes e procuram falar às massas em nome de alguma cousa que elas julgam essencial e decisiva para a sua grandeza e para a sua salvação.

Mss, isso nada mais é do que um engodo para esconder, disfarçar, coonestar e impingir outros planos e outras finalidades. O anseio unitário, pois, que os integralistas esposavam e incor-

poravam ao seu programa, tanto quanto o acervo de promessas sedutoras, no terreno das nossas realidades mais prementes, era uma exploração visível, porque a unidade nacional, pelas razões já expostas não exigia, para ser realizada, a subversão, de *fond en comble* da nossa vida publica.

DEVERES DO GOVERNO

No cáos e na guerra dos partidos, deante da anarquia politica, moral e mental que assolava o País, — onde achar a salvação ? Quem falaria a linguagem do bom senso ? Como restabelecer o equilibrio, de que maneira evitar á Nação os males e os perigos de toda ordem que a devastavam e a agrediam ?

Era facil a solução, porque eram simples, tambem, os dados do problema.

Toda a desgraça brasileira tinha uma causa unica. Os velhos partidos que infelicitaram o País e depois se esboroaram, desarticulados, e os novos partidos, — os extremistas, — que não passavam de formas subrepticias e solertes do imperialismo extra-territorial e conquistador. Essa era a causa da nossa inquietação. Aí estavam, na sua placenta gestatoria, os males que pro-

curavamos por vezes noutra parte. Mas, não ha efeito sem causa, nem origem sem fim.

E assim como a hipertrofia dos partidos havia ocasionado, na velha Republica, uma escravidão intermitente do governo central, intercalada de episodios reativos, inuteis, — tambem, na Republica nova, a miseria ulterior dos partidos e com ela a ação capatatoria dos extremismos espetaculares ocasionava o desprestigio do governo e fazia incidir sobre ele as maiores responsabilidades pelo tumulto e pela desorientação em que nos debatiamos e afundavamos.

No conceito medio e simplista do povo, — a fraqueza era de fato do governo; na opinião superficial das massas, toda a nossa deliquescencia tinha, pois, uma explicação: uma crise de autoridade. Não percebiam esses juizes precipitados que as raizes da nossa decomposição institucional eram mais fundas e mais velhas que a autoridade e que o governo. Não viam esses julgadores de emergencia, que a nossa insegurança, a nossa inquietude, a nossa perturbação se originava de um rompimento de estruturas. Eram as velhas barragens partidarias que ruíam, car-

comidas pelo tempo, e eram as aguas invasoras e escachoantes das vertentes extremistas que inundavam as planícies desprotegidas.

Ora, a função normal dos governos não é essa de condicionar e de plasmar as formas de Estado, — mas esta outra de garantir o livre curso e o livre funcionamento das condições que prede-terminam essas formas.

No caso brasileiro, porém, — e isto mostra só por si, toda a extensão da crise, — as condições do Estado que a Republica instituiu haviam desaparecido, quasi as bases ideais e praticas da sua manutenção se desmantelavam. Os partidos, em suma, que nasceram e deviam viver, para exprimir e formar o poder civil do novo regime, tinham falhado ao seu destino, não possuíam força nem para deter as suas dissidencias, a sua fragmentação em fracções personalistas e inimigas, nem, muito menos, para resistir á invasão e á infiltração dos credos barbaros, adventicios, que irrompiam, de assalto, na escuridão da hora.

Se o governo, pois, não tinha responsabilidade alguma por esses fenomenos espontaneos, e ao mesmo tempo justificados e predeterminados por uma

cadeia de causas longamente sedimentadas, desde as nascentes do regime, — não era menos certo, por outro lado, que dentre todos os seus deveres, ha um que avulta e sobreleva aos demais: a salvação da Patria, de qualquer modo, a qualquer preço, contra quem quer que seja. Lutar e vencer os inimigos externos para que sobrepaire intangível a soberania e com ela a honra nacional, — eis um imperativo sagrado do poder instituído; mas, também, defender a nação em face dos inimigos internos que virão destrui-la, acabrunhá-la, e desgraça-la, tanto ou mais do que os outros, de fóra, — eis ainda uma função primordial que ressalta, plena e manifesta, na sua evidencia, das atribuições comuns de todo governo.

PARTIDOS DEMOCRATICOS.
INTEGRALISMO E BOLCHEVISMO:
INIMIGOS COMUNS

O golpe de 10 de Novembro não foi a destruição da democracia, nem a negação da idéia federativa, nem a deformação dos princípios republicanos.

Foi um golpe, — isto sim, — contra as causas e os efeitos nefastos que desmoralizavam a Republica, que punham em perigo a Nação e que paralizavam, desviavam ou contrafaziam o ritmo das nossas atividades publicas e privadas. Isso vale por dizer que o golpe de 10 de Novembro foi o tiro de graça nos partidos democraticos e nos partidos extremistas, — ao mesmo tempo a causa e o efeito da anarquia, da insegurança e das angustias que afligiam o paiz.

Os partidos tradicionais, em ver-

dade, operavam a fraqueza e a impotência do regime e os extremismos que surgiam dessa matéria política em decomposição, operavam, á sua vez, o empestamento, o tumulto, o ambiente de expectativas angustiosas, de *guet-apans*, de traições, de incertezas em que viviam os brasileiros. Para combater, portanto, os extremismos que eram, assim, o efeito, não podia o governo, para ser coerente e eficaz, deixar de combater, também, com as mesmas armas, os partidos tradicionais, que eram a causa. Se ele não procedesse desse modo, todo o seu esforço acabaria no suplicio de Sísifo. Aquilo que fizesse um dia, para coibir os surtos extremistas, os velhos partidos inutilizariam, no dia seguinte, com a sua eterna discordia, as suas lutas mesquinhas, as suas competições aldeãs, transplantadas para o cenário nacional. Era isso, aliás, o que ficára demonstrado, de maneira inequívoca, na intercadencia dos sucessivos "estados de guerra", a que o governo recorria, para evitar a expansão do comunismo. Obtida do parlamento a grande medida, não cessavam com ela as guerrilhas democratico-liberais. Não amainavam os bate-bocas, os choques dos partidos. Na capital da Republica, e nos Estados, nas tribunas legislativas,

nos jornais, nos clubs, nas ante-salas dos palacios, era a mesma batalha incruenta, dispersiva, ingrata e infecunda. E quando parecia que o "estado de guerra" poderia produzir contra os extremismos o melhor do seu resultado, quando esses partidos revolucionarios da direita ou da esquerda se aquietavam, dominados pela ação do poder publico, — os partidos reclamavam a immediata cessação das medidas coercitivas que o parlamento concedera. E acontecia, então, o que era esperado, o irremediavel: recommçavam as conspirações extremistas; e o que era ainda mais vergonhoso para as instituições e para os brios do governo: o integralismo e o comunismo transformavam, publicamente, a Nação num campo de batalha, e por toda parte, conflitos e mortes, assassinios, atentados terroristas, greves, desastres de trem, tumultos de rua, passeatas militarizadas de paisanos, manifestações dissolvidas a bala, simbolos subversivos nas paredes, discursos afrontosos e incendiarios contra o regime, — inquietação, pavor, guerra civil prodromica.

Que deveria fazer o governo em tal emergencia? Cruzar os braços? Fazer apelos platonicos á concordia e á

ordem ? Pedir, ainda e sempre, o “estado de guerra” que os partidos também desmoralizaram e infamaram ? Não; era preciso outro metodo. Impunha-se outro criterio. E se o governo não descobrisse a solução, que a hora exigia, para manter o Brasil na sua tradição, — não havia outra saída, nem outro rumo, fóra destes: ou o Brasil desengolfava no comunismo, ou caía no estuario totalitario do sigma.

DISSOLUÇÃO DOS PARTIDOS

A ação do governo tinha de obedecer a uma logica implacavel. Na sua labuta de restauração nacional, ou seguia os ditames de uma coerencia rigorosa, ou sossobrava e se afundava, necessariamente, na tempestade das paixões desencadeadas e não vencidas. E por isso, para ser logico, dentro desse imperativo de pensamento e de atitudes, — o governo que dissolveu os partidos da extrema esquerda e da extrema direita, devia dissolver, e de fato dissolveu, os partidos democraticos, do centro, que haviam sido a causa, razão de ser daqueles outros.

Libertar-se dos partidos, para restaurar a ordem, foi, assim, a primeira exigencia dos acontecimentos. Acabar com esses agrupamentos voluntariosos,

que queriam mandar e não podiam, porque não sabiam, e porque nunca ninguém manda onde todos querem mandar, — foi uma decisão de emergência, imediata, indiscutível, que tinha de ser adotada, *in limine, lites* pelo Governo, se quisesse salvar o país e salvar-se a si proprio.

E foi o que fez o presidente Getúlio Vargas. Havia chegado, pois, nesse dia historico para a Nação, — o termo dos governos de partido.

O seu advento, que parecia ser a condição mesma para que vivesse a democracia, — foi desgraçadamente uma experiencia decepcionante e frustranea, que levou o regime ao descrédito e ao dismantelo. Tudo ficou envenenado e corrompido pelos seus vícios e pelos seus erros: a federação, o liberalismo e as suas instituições mais caras, — a propria Republica.

O Governo de partido, no Brasil, foi isto, em verdade: — a restauração de uma forma nova de feudalismo. O Brasil não era, por isso, uma federação, mas uma serie de satrapias feudais, governadas, não raro, pela brutalidade e ás mais das vezes pela ignorancia, pela ineptia, pelos interesses oligarquicos, pelos mesquinhos egoismos desarticulados de milhares e milhares de

chefias disseminadas e perdidas na imensidade caotica da Nação.

Seria realmente despropositado que um governo pretendesse realizar o reerguimento da Patria, sob os ditames de um unico programa: o bem geral, o interesse comum, a vontade uniforme e harmonica de todos, — e ficasse e continuasse não obstante submetido aos puxões, ao cabrestamento, amúos, ás contrariedades, ao beneplacito de tantos chefetes, chefes e chefões, postados no interlande, nas aldeias e nas cidades, a uma só vez imperativos, autoritarios e cheios de compromissos e compadrismos absurdos.

Não poderia, certamente, o governo retornar ás formulas violentas e medievalescas do absolutismo, para arrancar pela raiz a planta feudal dos partidos; pois o certo é que não se apagarão, jámais, as luzes humanas da democracia, conquistadas pelo nosso povo, e que são menos uma forma de governar do que uma forma de convivencia, que representam muito menos uma convicção politico-doutrinaria do que uma saturação moral de sentimentos de justiça, de piedade, de probidade, de paz social. Mas, era necessario que a planta venenosa fosse arrancada e que os partidos fossem destruidos, como o foram, ou-

trora os terratenentes, os latifundiários, a nobreza corrompida e despotica, tornada inútil e perigosa. Esse aniquilamento deliberado dos partidos, entretanto, não seria o aniquilamento dos homens que os serviam. O desaparecimento dos chefes não compreenderia, como condição essencial e indivisa, o desaparecimento simultâneo dos cidadãos que estavam insitos nos chefes, muitas vezes. Porque também é indiscutível esta verdade: — os partidos escravizavam os próprios chefes e impediam o livre surto das personalidades que os dirigiam ou que eram por eles dirigidas. Havia dentro deles, realmente, grandes figuras, grandes patriotas, grandes brasileiros, a quem a disciplina no começo, e depois os compromissos, os deveres morais da lealdade e dos sacrifícios comuns, manietavam e aniquilavam.

O Governo, pois, apagava do cenário nacional os partidos, mas ao mesmo tempo libertava os homens que esses partidos subjugavam à inércia formadora do seu irracionalismo permanente e nuclear.

O Estado autoritário, assim, constituído, foi assim um Estado libertador.

NÃO HA INTERMEDIARIOS
ENTRE O GOVERNO E O POVO

A hegemonia incontrastavel do governo federal sobre todas as circunscrições territoriais e politicas do País, — eis o grande fato dos nossos dias, — eis o resultado immediato e fecundo que produziu o golpe de 10 de Novembro.

A teoria, assim vitoriosa é pois esta: só existe no Brasil, como elemento moral do Estado, uma vontade, — a do Governo Federal. Todas as outras vontades menores, com encargos estatais, com ação sobre os negocios publicos, devem ser e teem de ser delegações, representações, mandatorias revogaveis, transitorias, subordinadas, que o supremo governo confere e suprime, livremente, sob a pressão das conveniencias publicas.

Isso mostra, só por si, que não é

possível a sobrevivência dos partidos políticos. E' que estes são exatamente o oposto da nova teoria do Estado.

No regime dos partidos, ou no governo dos partidos, — a vontade vem de baixo para cima. As massas eleitorais é que governam por seus mandatários, entre os quais o presidente da República é o maior. De quatro em quatro anos, essa vontade subjacente se renova, se reafirma ou se modifica. E cada novo representante é uma forma nova, uma expressão diferente da vontade partidária, do governo de partido.

Mas, não é só. Mesmo depois de exteriorizado o arbitrio dos partidos, na escolha dos representantes, — continúa a se impôr e a mandar a vontade onimoda, e irritadiça, dos partidos; e são os pedidos quotidianos das chefias locais ao governo, são as suas exigências de nomeações, de favores, de atenções, de honrarias, de gentilezas, de deferências, quando menos.

Ora, — se o governo inverte os dados da vida publica, assim pervertidos por essa pratica infeliz, — se o governo é que deve exprimir a vontade do Estado, — se o governo é que deve elaborar o programa das suas atividades, se o governo é que deve nomear seus re-

presentantes, nas diversas regiões, ao contrario de ser, como fôra, até aqui, ele proprio, um simples representante dos interesses desencontrados, — segue-se que os partidos perderam toda finalidade. Não se explica mais a sua existencia. E que o fato deles existirem, concomitantemente com o novo Estado e a nova doutrina que ele inaugura, é uma contradição, um desmentido, e vamos dizer logo: — um perigo, um inimigo, um adversario que estará ameaçando, sempre, as novas instituições. Nem poderia, mesmo, o Estado novo, executar o seu programa se os partidos subsistissem ou pudessem retomar o poder outra vez. Se isto se dêsse, volveríamos a trilhar o mesmo caminho do passado. Seriam restaurados os mesmos erros que determinaram o desfecho de Novembro. Resurgiriam as velhas oligarquias de tão triste memoria. Cairíamos, mais uma vez, no enquistamento feudal das chefias partidarias, desmontadas; e o Brasil que aspira, pela propria integração nacional, que deseja uma federação consentanea com a ideia de união e de conagraçamento e de predomínio federal, — se desagregaria, pela terceira vez no decurso da sua historia, desde o remoto insulamento das Capitánias, na Colonia.

UMA LUTA ANACRONICA

Estabelecido como um fato inquestionavel que o novo Estado é a unica vontade que a Nação reconhece e respeita e segue, e que todo poder estatal emerge do Estado, assim constituido pelo Governo, — não se compreende, de uma parte, a sobrevivencia e o receio de quaisquer extremismos, — e de outra parte essa luta declarada e aberta que ainda lavra entre os velhos partidos dissolvidos, nalguns Estados. Toda a razão dessa discordia, em que ainda se fazem sentir os vestigios de um passado banido, que o novo Estado desconhece, — brota de um equivoco reciproco, que as facções assim conflagradas e em conflito, não perceberam: — elas julgam, na sua ilusão sebastianista, no automatismo da sua inercia, que o poder

local ainda lhes pertence ou que lhes deve pertencer, ou que pode novamente pertencer-lhes.

E' necessario que se lhes tire dos olhos essa catarata, para que vejam, com nitidez, os imperativos e as contingencias dos novos tempos. O Estado instalado em Novembro, sendo a expressão e tendo de ser a expressão de uma vontade nacional, exclusiva, unica e soberana, no Norte, no Centro e no Sul, — não tem e não quer ter preferencias de pessoas, nem de grupos, nem de conventiculos. E por isso não importam aos seus objetivos as discordias dos partidos; pois se ele os destruiu, se ele os negou, se os desconhece, — que importancia pode ter para ele, o fato deste ou daquele representante seu, a quem delega, dentro do Estado, uma parcela da sua autoridade, pertencer ou ter pertencido ao partido A ou ao partido B?

No impessoalismo do governo não cabem, pois, o jogo de preferencias, a intriga dos despeitos, o azedume das discordias, a luta anacronica de facções desavindas em torno daquilo que não mais lhes pertence e que muito menos lhes poderá pertencer. E assim inutil e em pura perda e frenesi de ambições que desconcerta, ainda, alguns antigos

detentores do poder partidario, no regime deposto.

Nem eles se devem alarmar com o receio de que a posse das funções do Estado por um ou por outro dos velhos adversarios preferidos pelo centro, venha a ser para eles dano, sob o prisma politico. Pois, ainda aqui, — se não existem os partidos, se estes não pesarão nas urnas, como outrora, sem contraste, se não serão, jamais, as massas placenterias, todo-poderosas, da democracia, — que interesse ha de ter um representante do poder central com funções de governo, de exercer o emprego a beneficio dos seus "correligionarios" de outros tempos? Para que lhe serviria este proselitismo"? Que utilidade arrancaria ele com a nomeação de um velho "companheiro"? O que ele fizesse, nesse sentido, não passaria de uma simples manifestação sentimental, de um gesto afetuoso ou agradecido, — e bastaria isso para arrasta-lo á censura do poder que representa.

Para nós, ninguém ofereceu ao País um exemplo mais vivo e mais perfeito do novo Estado, nesse sentido, do que esse bravo e pranteado soldado ha pouco despreendido dos ergastulos terrenos, cheio de gloria e de paz na consciencia: o general Daltro Cerqueira

Filho. Esse homem insigne, justo, prevenido e verdadeiramente estadista, — inaugurou no Rio Grande do Sul esta cousa sem precedentes na politica brasileira: obrigava os adversarios do governo central a ficarem nos empregos e considerava os seus pedidos de demissão como atentados á dignidade e á imparcialidade do poder publico.

E' possivel que nem todos comprehendessem o exato significado dessa pratica; mas no fundo era bem este o seu sentido: a indiferença do Estado novo pelos partidos, a sua separação das lutas regionalistas, o proposito de libertar o poder publico das tutelas, dos compromissos e dos interesses particulares.

INDICE

A Nação acima de tudo	5
Coesão e fragmentação dos partidos	9
O Federalismo e o unitarismo	15
O fracasso dos partidos e a audacia extremista	23
Donos do Brasil	29
Os partidos e a democracia	35
Psicanalise de um mito	41
O anseio unitario	47
Deveres do governo	53
Partidos democraticos. Integralismo e bolchevismo: Inimigos comuns	59
Dissolução dos partidos	65
Não ha intermediarios entre o governo e o povo	71
Uma luta anacronica	77